

An abstract painting of a dense forest scene with vibrant, saturated colors. The foliage is rendered in shades of red, orange, yellow, green, and blue, with visible brushstrokes and a textured, layered appearance. The composition is filled with various plant forms, including broad leaves and spiky, star-shaped plants.

Mudanças Climáticas, Florestas e REDD+

Luiza Muccillo de Barcellos
PROCAM – IEE/USP



Meu caminho até as Florestas, as Mudanças Climáticas e o REDD+

APRESENTAÇÃO

Trajectoria

Minha relação com o tema

- Do Direito ao Direito Ambiental
- Do Direito Ambiental às Políticas Públicas Socioambientais (IEF/RJ, INEA)
- Primeiro, a conservação da biodiversidade (florestas, áreas protegidas, regularização ambiental e fundiária, mudanças no uso da terra...)
- Depois, a interseção entre a conservação e a mitigação das mudanças climáticas
- Arranjos e mecanismos financeiros socioambientais (Funbio)
- Mestrado e os fundos indígenas para REDD+
- COPs, ENREDD+, SISREDD+, CIFOR
- Doutorado e a abordagem Multinível – Do Global ao Local





Uma breve introdução ao tema

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Contexto Geral

Entre os anos 60 e 90

- Crescimento econômico ininterrupto x a exaustão dos recursos naturais
- Relatório do Clube de Roma ("Os limites do crescimento")
- 72: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
- Conservacionistas x preservacionistas
- Evidências científicas: emissões de GEE oriundas de atividades antrópicas e o aquecimento global
- 87: Relatório da Comissão Brundtland ("Nosso Futuro Comum"), reforço e disseminação do conceito de "desenvolvimento sustentável"
- 88: IPCC
- Problema de abrangência global, demandando ação coletiva
- Pressões pela criação de tratados internacionais socioambientais



A Convenção do Clima

- Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (CQNUMC)
- Elaborada em 1992 (Rio-92) e vigente a partir de 1994
- Atualmente, 197 partes
- Conferência das Partes (COP): principal instância de decisão, com reuniões anuais*
- Órgãos subsidiários: Corpo Subsidiário de Implantação (SBI) e Corpo Subsidiário para Assessoria Científica e Técnica (SBSTA), Ad Hoc Working Group on the Durban Platform for Enhanced Action (ADP)
- Outros: IPCC, GEF, GCF
- Negociações costumam acontecer em grupos/coalizões: Associação da América Latina e do Caribe (AILAC); Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), Associação dos Pequenos Países-Ilha (AOSIS); BASIC - Brasil, África do Sul, Índia e China; Grupo dos 77 + China; União Europeia, Países em Desenvolvimento com Visão Assemelhada (LMDC).
- Instrumentos: Protocolo de Kyoto e Acordo de Paris / liderança e princípios



Acordo de Paris



Aspectos Gerais

- Assinado na COP 25 em Paris
- Sucederá o Protocolo de Kyoto, no âmbito da CQNUMC, a partir de 2020.
- Objetivo: Fortalecer a resposta global à ameaça das **mudanças climáticas**, no contexto do **desenvolvimento sustentável**, e os esforços para **erradicar a pobreza**.
- Manter a temperatura média do planeta bem abaixo de 2°C acima da média do período pré-industrial, comprometendo esforços para limitar o aumento a 1,5°C. (**mitigação**).
- Aumentar capacidade de adaptação, resiliência ao clima e desenvolvimento de baixas emissões de GEE (**adaptação**)
- Promover fluxos financeiros e transferência de tecnologias para alcance dos objetivos.
- Bottom-up (NDCs): Cada país apresenta seu compromisso (progressivos, periódicos), dois em dois anos. * COP 26
- Global Stocktake (mecanismo de revisão): pelo menos, a cada 5 anos. / iGST (outros setores, advocacy e análises - transparência, acurácia, relevância, accountability)
- Livro de Regras
- Mercado de carbono? (Artigo 6) e Metas mais Ambiciosas? Saída EUA?

Resumindo

Mudanças Climáticas: Problema transfronteiriço, de abrangência global.



Principais causas

Queima de Combustíveis Fósseis

Setor AFOLU
Conversão de Florestas para Outros Usos
Desmatamento e Degradação

Respostas

Adaptação

Mitigação

Suporte

Financiamento

Tecnologia





O reconhecimento do papel das Florestas no combate às Mudanças Climáticas

O MECANISMO DE REDD+

REDD+: Institucionalização

Ideia, Finalidade e Expectativas

- 2002: Proposição, participação ativa de pesquisadores brasileiros, do mecanismo de Redução Compensada de Emissões, com metas de redução e compensação por “desmatamento evitado”
- Discussão sobre a compensação de custos associados aos limites à abertura de novas áreas, manutenção e aumento de estoques de carbono florestal
- 2005: Inserção oficial na pauta de negociação internacional (*Coalition of Rainforest Nations*)
- Compensar esforços realizados em países em desenvolvimento para proteção e manejo sustentável de florestas existentes em seus territórios
- Visto como uma solução rápida, barata e duradoura para emissões do setor AFOLU (Angelsen et al., 2018)
- “Maior esquema de PSA global” (Corbera, 2012)



REDD+: Institucionalização

Negociações Internacionais

- Alterações no Escopo (RED para REDD+)
- Aspectos técnicos:

Diferentes situações – redução de emissões, aumento da absorção, aumento e incremento do estoque, degradação Adicionalidade (com e sem o REDD+ e territórios já protegidos)

Linhas de base (níveis de emissões/remoção sem o REDD+)

Permanência (resultados permanentes, sem liberação futura)

Vazamento (aumento de emissões fora dos limites de uma ação de REDD+)

Monitoramento, Reporte e Verificação (incertezas pela diversidade, redução ao carbono, verificação e confiabilidade dos resultados)

- Abordagens de financiamento (ideia x concretização)
- Movimentos contrários (“No REDD+”, mercantilização da natureza)
- Repartição de benefícios (quem deve ser pago e pelo quê?)

P	P	P
O	R	R
L	O	O
Í	G	J
T	R	E
I	A	T
C	M	O
A	A	S
S	S	



REDD+: Institucionalização

Principais decisões

- Plano de Ação de Bali (Decisões 1 e 2/CP.13) – promoção de iniciativas piloto
- Acordo de Copenhagen (Decisão 4/CP.15) – progressos (salvaguardas) x incertezas (escala de implementação, fontes de financiamento, MRV)
- Acordos de Cancun (Decisão 1/CP.16) – fases, escopo elegível, requisitos a serem atendidos para reconhecimento de resultados, salvaguardas / Não enfrentou questão do financiamento
- Marco de Varsóvia (Decisões 9 a 15/CP.19) – sete decisões ratificando e definindo aspectos financeiros, metodológicos e outros / Abordagem de “pagamentos por resultados” / Papel do GCF – captação e repasse de recursos
- Acordo de Paris (Decisão 1/CP.21): Reconheceu o mecanismo de REDD+, mas seguiram as divergências quanto ao seu financiamento.



REDD+: Escopo

Abordagens políticas e incentivos positivos para:

REDD

+

Redução de
emissões por
desmatamento e
degradação
florestal

Conservação e
aumento de
estoques
Manejo florestal
sustentável

Outros Benefícios: conservação da
biodiversidade, permanência de serviços
ambientais, conexão entre mitigação e
adaptação.

Foco inicial: mitigação

Discurso atual: mitigação e adaptação



REDD+: Salvaguardas

Finalidade: prevenir a incidência de riscos e gerar co-benefícios.

Recomendação: Além do carbono, foco nas populações locais e na biodiversidade.

- 1) Complementar e ser consistente com os objetivos dos programas florestais nacionais e convênios/acordos internacionais
- 2) Estruturas de governança florestal nacional transparentes e eficazes
- 3) Respeito ao conhecimento e direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais
- 4) Participação plena e efetiva das partes interessadas
- 5) Consistente com a conservação de florestas e biodiversidade, para que as ações de REDD+:
 - Não sejam utilizadas para converter florestas nativas e seus serviços ecossistêmicos/ambientais
 - Garantam a conservação de florestas nativas e serviços ecossistêmicos/ambientais
 - Aumento de benefícios sociais e ambientais (co-benefícios)
- 6) Abordar os riscos de não-permanência
- 7) Reduzir possibilidade de vazamento/deslocamento de emissões



REDD+: Requisitos

Considerando como o mecanismo opera hoje no âmbito da CQNUMC, na forma de pagamentos por resultados:

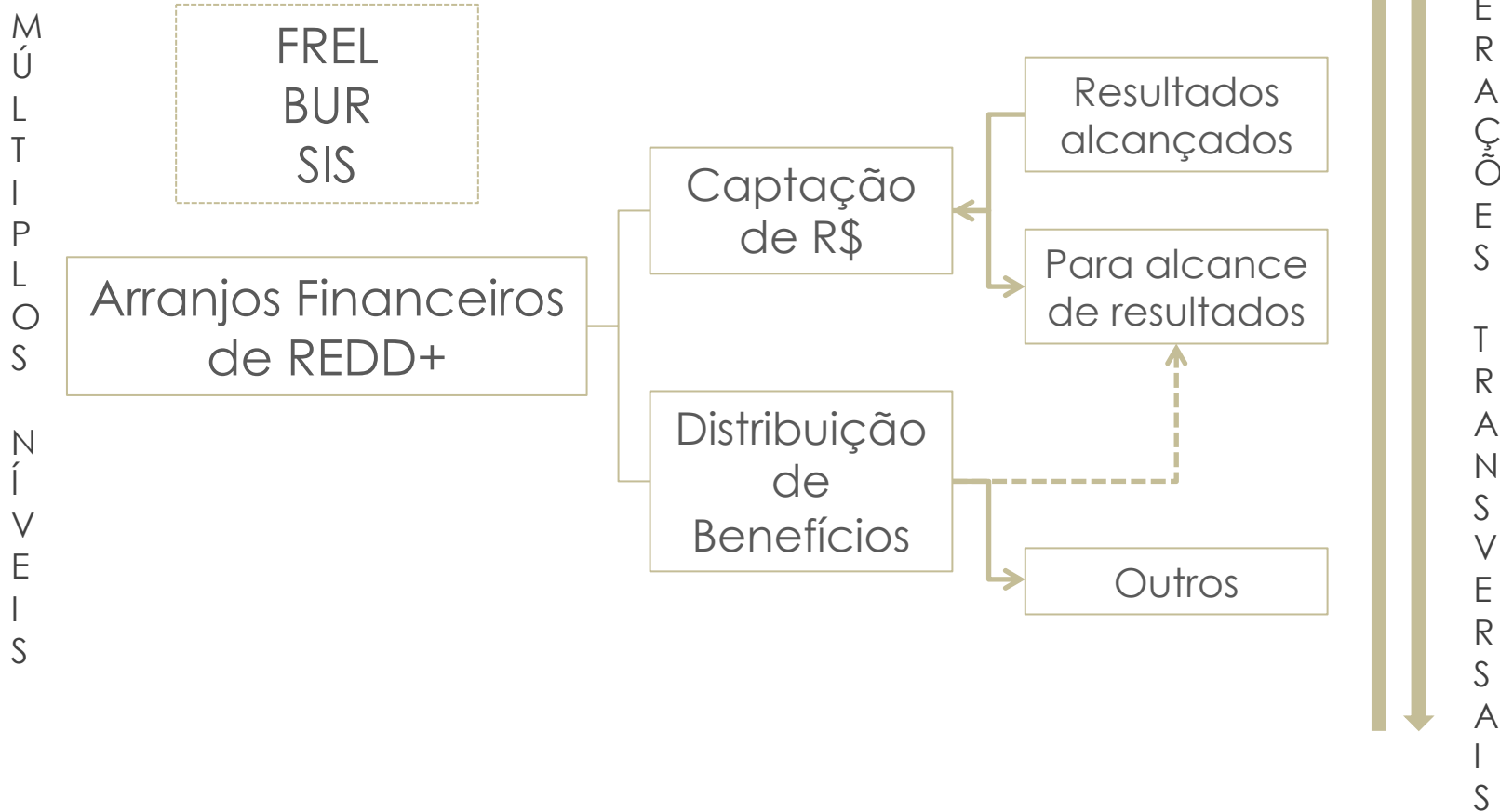
- Estratégia ou Plano de Ação Nacional
- Nível de referência florestal nacional ou, como medida interina, os níveis subnacionais
- Sistema nacional robusto e transparente para monitoramento e para relatos das atividades de REDD+
- Sistema de Informação sobre a Implementação de Salvaguardas

Processo (resumido):

- FREL
- Submissão de Resultados + Informações sobre Salvaguardas
- Avaliação pela CQNUMC
- Aprovação de resultados
- Captação e repartição de benefícios



Arranjos Financeiros



REDD+ e COP 25

Principais discussões

- Artigo 6º do Acordo de Paris: definição de quadro regulatório sobre instrumentos de mercado (mercado voluntário entre países para comercialização de excedentes e mecanismo de desenvolvimento sustentável, com participação de atores públicos e privados, sendo um sistema novo que, entre outros argumentos, precisaria estar conectado a mercados já existentes)
- Abordagens de financiamento do REDD+
- Decisão adiada para a COP-26
- Permanência da abordagem de financiamento conhecida como pagamentos por resultados.

Incertezas

Recursos insuficientes, Novos recursos?

Mudança de agendas de financiamento e “Aidification”

Pagamentos por resultados já alcançados, não condicionados a resultados futuros

Modelo atual e vulnerabilidades a contextos políticos

“Conservation fad” x “REDD+ não está morto”



REDD+ no Brasil

Antes 2018:

- Altas taxas de desmatamento até 2004.
- 2004: PPCDAM
- 2007: Pacto Desmatamento Zero, iniciativas de ONGs
- 2008: Criação do Fundo Amazônia e criação de Planos estaduais de Combate ao Desmatamento
- Implementação de Projetos Privados e iniciativas subnacionais)
- 2013: taxas voltam a subir
- ENREDD+, CONAREDD+ e resoluções, Infohub Brazil
- FREL Amazônia e Cerrado
- Resultados reconhecidos
- Doações e fomento via Fundo Amazônia
- Acre e Mato Grosso: entidades elegíveis



NDC Brasileira



Metas NDC Brasileira para o setor de florestas e de mudança do uso da terra:

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025 e 43% até 2030, tendo como referência o índice de emissões observado no ano de 2005.
- Fortalecer o cumprimento do Código Florestal, em âmbito federal, estadual e municipal;
- Fortalecer políticas e medidas para alcançar, na Amazônia brasileira, o desmatamento ilegal zero até 2030 e a compensação das emissões de GEE provenientes da supressão legal da vegetação até 2030;
- Restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas até 2030, para múltiplos usos;
- Ampliar a escala de sistemas de manejo sustentável de florestas nativas, por sistemas de georeferenciamento e rastreabilidade aplicáveis ao manejo de florestas nativas, com vistas a desestimular práticas ilegais e insustentáveis.
- No setor agrícola, fortalecer o Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (Plano ABC) como a principal estratégia para o desenvolvimento sustentável na agricultura, (restauração adicional de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas até 2030 e de 5 milhões de hectares de sistemas de integração lavoura-pecuária-florestas (iLPF) até 2030.

REDD+ no Brasil

Pós-2018:

- Março de 2019: Doação do GCF (96 milhões de dólares)*
- Esforços para deslegitimar a ciência e criminalizar as ONGs
- Lobby para enfraquecer legislações, políticas públicas socioambientais (Código Florestal, PRA em SP, UCs no Tocantins, MP/PL da Grilagem, Licenciamento Ambiental...)
- Lobby para extinguir direitos de povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais (IN Funai...)
- Legitimação de posicionamentos e práticas contrários a tais políticas e direitos (eleições? manifestações do governo?)
- Aumento do desmatamento e da degradação
- Enfraquecimento do Fundo Amazônia e todas as outras instituições e instrumentos relacionados ao REDD+ ("Fundão Salles")
- Desmanche de instituições ambientais e enfraquecimento de instrumentos de comando e controle
- Falta de transparência e propagação de informações falsas (ex: atualização do site REDD+ Brasil).
- Repercussões internacionais /
- Imagem e Mito (Viola e Franchini)



Futuro incerto

Algumas possibilidades, perspectivas e necessidades...

- Redução de credibilidade e protagonismo (no REDD+) do Brasil
- Ainda entre os maiores emissores
- Impacto sobre o reconhecimento de resultados e novas captações
- Influência internacional, sob uma ótica econômica e privada (riscos percebidos pelas empresas, mercado financeiro, Davos...)
- Mobilizações e boicotes globais
- Oportunidade de Protagonismo de outras esferas (ex: Amazonas)
- Ações de advocacy ambiental articuladas e organizadas
- Recorrer a mobilizações junto aos diferentes Poderes



Questões



Considerando o contexto apresentado, quais os riscos que vocês enxergam para a implementação do mecanismo de REDD+ e o combate às mudanças climáticas no Brasil? Ações e mobilizações no contexto internacional ou nacional poderiam prevenir a incidência de tais riscos?

Como as atuais políticas e ações ambientais adotadas e defendidas pelo governo brasileiro podem influenciar acordos internacionais, como o acordo entre a União Europeia e o Mercosul?

Quais foram as recentes mudanças no posicionamento e postura do Brasil nas negociações internacionais climáticas?

Como a política externa comercial brasileira e o lobby praticado por alguns setores podem influenciar as dinâmicas de desmatamento e degradação ambiental que acontecem no país e a instituição e implementação de instrumentos econômicos como o REDD+ ou outros tipos de PSA?

Referências



- <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-convention/status-of-ratification/status-of-ratification-of-the-convention>
- <https://climainfo.org.br/2017/10/31/glossario-de-siglas-e-jargoes-da-unfccc/>
- <https://www.rainforestcoalition.org/coalition-nations/>
- <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591449-professor-de-harvard-considera-cenario-polemico-quem-vai-invadir-o-brasil-para-salvar-a-amazonia>
- <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/05/Deforestation-driven-fires-in-Brazil-Indonesia-1.pdf>
- https://www.youtube.com/watch?v=Xe5SWH2B5_Y
- <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2019/07/7-razoes-pelas-quais-o-acordo-de-paris-precisa-de-um-livro-de-regras>
- Viola, Eduardo et al. Brazil ups and downs in global environmental governance in the 21st century. Revista Brasileira de Política Internacional. v. 62, n. 2, p. -, 2019. Disponível em: http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292019000200300.
- Franchini, Matias Alejandro and Viola, Eduardo. Myths and images in global climate governance, conceptualization and the case of Brazil (1989 - 2019). Rev. bras. polít. int. [online]. 2019, vol.62, n.2, e005. Epub Sep 12, 2019. ISSN 1983-3121. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7329201900205>.
- ANGELSEN A, MARTIUS C, DE SY V, DUCHELLE AE, LARSON AM Y PHAM TT (eds.). 2019. Transforming REDD+: Lessons and new directions. Bogor, Indonesia: CIFOR.



OBRIGADA!

